

CONVÊNIOS COM NAIPPE PERMITEM A EMPRESAS OFERECER CURSOS “USP”

Vinícius Rodrigues Vieira
Equipe da Revista Adusp



Parcerias irregulares com o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégia (Naippe-USP) têm permitido a diferentes entidades privadas comercializar cursos pagos de pós-graduação à distância, do tipo MBA, oferecendo selo USP no certificado. O caso mais recente envolve a “organização social” KAM e uma faculdade privada do Paraná, a Facinter. Um caso anterior envolveu a Educon, também uma empresa paranaense, e está pendente de solução na Pró-Reitoria de Pesquisa, cujas explicações são insatisfatórias

Uma “organização social” localizada na Grande São Paulo, e uma faculdade particular de Curitiba, Paraná, divulgaram até dezembro de 2005, em seus sítios na internet, um curso MBA com o selo USP. A Knowledge Academy Management (KAM, www.kam.com.br), sediada em Alphaville, Barueri, afirma possuir um convênio com o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégia (Naippe-USP). Porém, a Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP), a quem os núcleos de pesquisa subordinam-se, nega a existência de qualquer convênio com a organização.

“A Facinter-Faculdade Internacional de Curitiba e a KAM-Knowledge Academy Management, conveniada ao Naippe-USP Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias da USP, firmaram uma parceria para desenvolver um ambicioso Projeto Educacional de MBA em Gestão Empresarial, na modalidade de EAD (Ensino a Distância)”, relata texto disponível numa das pá-



Fac-símile 1: página do MBA Kam-Facinter, utilizando logos da USP e do Naippe

ginas da área do sítio da Facinter dedicada à divulgação do curso que seria realizado pela KAM em parceria com a USP (http://www.facinter.br/mbaempresarial/index.php?edicao_id=1&menu_id=4). A página, que na primeira quinzena de janeiro continuava disponível na rede, traz, em sua parte superior, as logomarcas da Facinter e da KAM acompanhadas da do Naippe-USP (fac-símile 1).

Já o vínculo “Quem somos” do sítio da KAM trazia o seguinte texto: “Formada em 2003 por iniciativa de professores, pesquisadores e profissionais do mercado corporativo, a equipe da KAM já acumulava 4 anos de experiência consistente em educação via satélite, pela participação nas primeiras experiências com ensino a distância da USP (...). Em 2003 foi firmado convênio com o Naippe-

USP (...), o que veio consolidar a imagem de organização séria e competente, ciente da amplitude de seus propósitos” (**fac-símile 2**).

Embora o sítio da KAM divulgas-se 10 MBAs, apenas o de “Gestão Empresarial” era oferecido. Ao preço de R\$ 11 mil à vista, tem a duração de 550 horas/aula. Outro curso de especialização era oferecido, de Matemática Financeira, mas tem menor duração (apenas 48 horas/aula) e menor preço (R\$ 1.100 pagos em uma única parcela). As aulas do “MBA em Gestão Empresarial”, que teriam começado em novembro de 2005, seriam dadas no sistema de “centros associados”, uma dezena de entidades parceiras que divulgam e comercializam o curso e retransmitem seus conteúdos.

Ainda em seu sítio, a KAM declarava que sua mantenedora principal é a Alcântara Machado Feiras e Negócios

(AMFN), conhecida empresa que organiza alguns dos principais congressos e eventos do país. *A Revista Adusp* apurou que o endereço de ambas é o mesmo, na área empresarial do condomínio fechado Alphaville, localizado em Barueri.

“Não consta nenhuma informação sobre isso”, afirmou o então pró-reitor de Pesquisa da USP, professor Luiz Nunes, quando questionado pela reportagem acerca da eventual existência de convênios com a KAM. Tampouco isso poderia ocorrer somente com a anuência do Naippe, diz Nunes, já que os convênios devem passar pela Reitoria. De acordo com a Resolução 5.072/03

do Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCex), artigo 15, “os cursos de extensão universitária poderão contar com a participação de Instituições externas à Universidade de São Paulo, desde que devidamente justificada”, porém, reza o parágrafo único, “nessa hipótese, o projeto deve ser instruído também com a minuta de convênio ou contrato, devidamente aprovada pelos órgãos competentes”.

O fato: a KAM anunciava que os concluintes do curso receberiam “certificado pós-graduação *lato sensu* emitido pela KAM/Naippe-USP”. Em janeiro de 2006, no entanto, a referência ao Naippe-USP desapareceu. Procurada pela repor-

KAM e AMFN “não são credenciadas para oferecer cursos superiores”, nem para ofertar “cursos de especialização em nível de pós-graduação à distância”, informa o MEC

tagem, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC) informou, através de sua assessoria de imprensa, que a KAM e a AMFN “não são instituições credenciadas (...) para oferecer cursos superiores” e que “também não foram identificadas entre as entidades especialmente credenciadas para oferta de cursos de especialização em nível de pós-graduação à distância”. Além do que, ainda relata a Sesu, “não foi identificado pedido de credenciamento no Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior” por parte de nenhuma das duas entidades.

Já a Facinter, prossegue a resposta da Sesu, “conforme Parecer do Conselho Nacional de Educação MEC/CNE/CES nº 304/2004 e Portaria Ministerial nº 4210/04 de 17/12/2004, tem autorização para a oferta do Curso de Normal Superior e do curso de Tecnologia em Gestão de Sistemas Produtivos Industriais, além de autorização para oferta de cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* nas áreas em que possui competência técnico-acadêmica, todos na modalidade a distância”. Entre as áreas de competência estão as ciências administrativas.

À pergunta sobre se o fato de a faculdade organizar salas de aula para assistir ao curso da KAM faz com que essa especialização seja reconhecida pelo MEC, a Sesu esclarece que “no caso, como a Facinter é credenciada, ela deve ser a responsável direta pelos cursos (...) uma instituição credenciada não pode ‘delegar’ [a terceiros] competência acadêmica nem a responsabilidade didático-pedagógica”.

O diretor de finanças, José Nunes Santa Maria, foi indicado pela Facinter para falar à *Revista Adusp*. Santa Maria limitou-se a dizer que a Facinter é apenas retransmissora do conteúdo do curso MBA, não tendo responsabilidade alguma sobre ele. Solicitou à reportagem que procurasse o professor titular José Augusto Guagliardi, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) e diretor de pro-

jetos da Fundação Instituto de Administração (FIA). Segundo Santa Maria, o docente é o responsável pela KAM.

De fato, de acordo com o sítio *registro.br*, onde estão disponíveis informações sobre cada um dos domínios de internet registrados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, o professor Guagliardi consta como responsável pelo sítio da KAM.

Em 26 de outubro de 2005, a reportagem ligou para o telefone da KAM, fornecido por Santa Maria, e perguntou à secretária que atendeu à chamada pelo professor Guagliardi. Ela respondeu que ele não se encontrava no local. Um mês depois, após responder a mensagem enviada para seu endereço eletrônico na USP, o docente entrou em contato com a *Revista Adusp* e concedeu entrevista, negando qualquer envolvimento com a KAM.

Quanto ao fato de seu nome figurar como responsável pelo sítio da organização, ele diz que “alguém deve ter colocado” sem que ele soubesse. “O Naippe, se não me falha a memória, tem

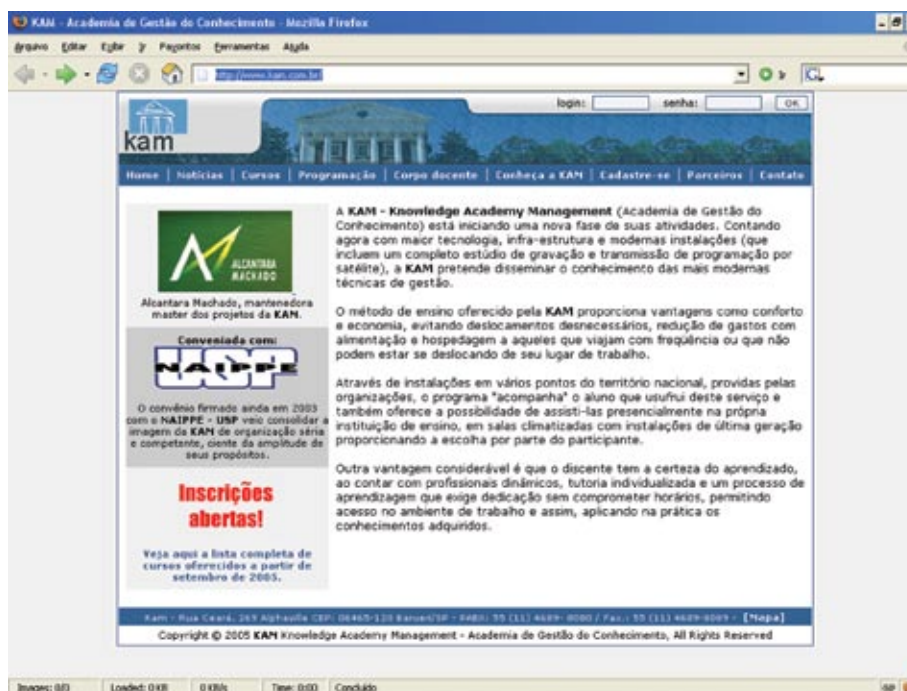
naram em cursos pagos de fundações, sobretudo os da FIA.

O caso Naippe-KAM teria, ao que parece, conexões com outro caso de apropriação do selo USP por interesses privados: o ainda mal explicado episódio Naippe-Educon. “Posso imaginar duas coisas: que essa empresa [a KAM] esteja

fazendo propaganda indevidamente, sem respaldo [da universidade], ou que seja uma das empresas conveniadas à Educon”, arrisca Guagliardi, em referência ao curso à distância “MBA em Gestão Empresarial

“Estratégica” que era oferecido pela Educon, empresa localizada em Curitiba, até abril de 2005, em parceria com o Naippe.

De fato, o nome do curso mais divulgado pela KAM (“MBA em Gestão Empresarial”) é quase idêntico ao daquele transmitido pela Educon. Mas não há qualquer menção a esta empresa na página eletrônica da KAM. A única ligação visível entre os dois MBAs, além do Naippe, é o próprio professor Guagliardi, que é coordenador acadêmico do curso da Educon, e foi testemunha do convênio entre esta empresa e a USP.



Fac-símile 2: página da Kam utilizando logo Naippe-USP, já retirada do ar

A ligação mais visível entre os MBAs da KAM e Educon é o professor Guagliardi, da FEA, que tem registrado em seu nome o domínio da página da KAM e é coordenador acadêmico do curso da Educon

um acordo de cooperação técnica [com a KAM]”, diz o professor Guagliardi. “Isso daí foi feito ainda no tempo do professor Braz [de Araújo, coordenador do Naippe até dezembro de 2004, quando faleceu]. E até o professor Nunes tinha falado sobre esse assunto. Agora precisa saber como vai ficar esse acordo”, emenda o docente do Departamento de Administração da FEA, que até dezembro de 2005 constava do denominado “corpo docente” da KAM. Dentre os demais professores listados no sítio da KAM, vários fizeram pós-graduação na USP ou já lecio-

CASO EDUCON PERMANECE MAL-EXPLICADO

Ainda está pendente a emissão de certificados aos alunos das turmas de 2004 e 2005 do curso de especialização à distância “MBA em Gestão Empresarial Estratégica”, oferecido pelo Naippe-USP em parceria com a Educon entre 2003 e 2005. A USP deu início ao processo de denúncia (rompimento) do convênio com a empresa em abril de 2005, e ele foi concluído em julho. Principal motivo da denúncia: a Educon, responsável pela transmissão das aulas e organização de turmas para o curso, contratou terceiros para fazê-lo — os denominados “centros associados”.

A Educon argumenta que a USP deve certificar os alunos que começaram o MBA nas turmas pendentes, porque o convênio, assinado em 28 de novembro de 2003, com duração inicial de cinco anos, estabelece que, entre outras obrigações, o Naippe-USP deve “emitir o Certificado de Conclusão do Curso desenvolvido a partir da presente parceria”. O à época Pró-Reitor de Pesquisa, citando a Resolução 5.072/03 do CoCEx, sustentou que o convênio, por si só, não garante a emissão de certificados: “Essas versões do curso não foram aprovadas pelo Conselho de Cultura e Extensão”.

A Resolução 5.072/03 estabelece que o “procedimento de criação de curso deve ser adotado a cada nova edição, podendo ser dispensada a apresentação do projeto caso não

haja alteração nele” (artigo 4º), e que será “considerada nova edição de um curso cada nova oferta de vagas com abertura de inscrições” (parágrafo único). No caso de um curso à distância, como o MBA Naippe-Educon, cada ano em que são abertas inscrições corresponde a uma edição, esclareceu o professor Nunes. Assim, para que os alunos das turmas de 2004 e 2005 recebam o certificado da universidade, o CoCEx terá de aprovar uma espécie de “autorização retroativa”. O CoCEx já recebeu da Educon os documentos necessários à análise da situação pela Câmara dos Cursos de Extensão, a quem cabe submeter um parecer ao conjunto do colegiado.

“O ver do nosso jurídico é que a certificação deve ser dada [pela USP]”, afirma João Batista, da Júnior Consultoria, “centro associado” da Educon em Campinas, contando com uma turma de 15 alunos que teve início em 2004. Assim como a empresa de Curitiba, ele argumenta que o convênio estabelecia a emissão de certificados pelo Naippe. Quando informado da posição da Pró-Reitoria de Pesquisa, de que era necessária uma autorização para cada edição do curso, Batista afirma que “se existem cláusulas internas à universidade, elas deveriam estar no contrato”, e que a “expectativa dos alunos é que a USP cumpra o contrato com a Educon”.

Ana Paula Moreira, da Magister, “centro associado” sediado em Belo Horizonte, diz que o rompimento do convênio da USP vem preocupando a empresa. A Magister ofereceu todas as turmas do MBA, reunindo 50 alunos ao longo de três anos. Até agora nem mesmo os alunos da turma de 2003 (única, segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa, a contar com autorização do CoCEx) receberam certificado de conclusão, pois ainda não defenderam a monografia exigida para obtê-lo.

Se não aprovar as turmas de 2004 e 2005, a USP terá que devolver o dinheiro pago pelos alunos, opina o professor Guagliardi, que ressalta que os trabalhos finais da turma de 2003 estão sendo analisados e defendidos. “Nós temos uma riqueza de trabalhos e experiências de todos os lugares do Brasil”, comenta. Cerca de 200 alunos vão concluir o curso, acrescenta. “Estou pagando para trabalhar nesse projeto. Não larguei porque, quando começo uma coisa, eu vou até o fim”, afirma.

“Estou trabalhando sem receber nada”, defende-se. “Por quê? Porque precisa fechar esse negócio [a turma de 2003]. Se eu não estiver aí, não sei o que vai acontecer. Vai vir outra pessoa. Quem é que vai vir? Você acha que alguém vai trabalhar de graça? Eu recebo meu salário [da USP] para trabalhar aqui [na FEA]”, reclama.

“O curso só vendeu porque é USP”, reconhece Ana Paula. “É claro que você tendo um sêlo forte como o da USP é um diferencial”, afirma Batista, já que o mercado de cursos de MBA é “pulverizado”, com ofertas de variadas especializações por diversas instituições. Estima-se, com base no número de alunos que começaram o curso em 2003 (entre 200 e 300), que o MBA da Educon tenha arrecadado, por turma oferecida, cerca de R\$ 1,1 milhão com as mensalidades cobradas (*Informativo Adusp* 183, p. 3).

Os representantes dos “centros associados” queixam-se do tratamento que USP e Educon lhes dispensam. Ana Paula diz que a empresa “fala uma coisa”, e a universidade outra. Acredita que, caso não haja a emissão de certificados, alunos do MBA poderão ingressar com ações judiciais contra a USP para recebê-los.

Apesar de o convênio entre a USP e a Educon mencionar apenas a emissão, por parte do Naippe, de um certificado para o curso, o sítio da empresa, localizado através do buscador *Google*, anunciava, em 2004, três opções de certificação. A primeira, destinada aos alunos que concluíssem o curso sem apresentar monografia, consistia unicamente de um certificado da própria Educon, regis-

trando a conclusão dos módulos do MBA.

A segunda opção de certificação, reservada aos que cursassem todos os módulos obrigatórios, realizando a prova final do curso e entregando a monografia, com-

deixasse claro aos alunos que, junto, haveria a emissão do da USP, e ressalta que a universidade não poderia assinar o diploma da empresa, onde há um espaço para a assinatura dos coordenadores do Naippe.

O convênio entre USP e Educon foi assinado em 28 de novembro de 2003. Porém, há indícios de que as aulas do MBA começaram muito antes, na verdade no primeiro semestre. Divulgação do curso feita na Internet por um “centro associado”, a Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente (SP), previa o início das aulas em 22 de fevereiro. Porém, o curso começou efetivamente em maio, segundo informação de um funcionário da entidade “associada”. Já a própria Educon divulgou um calendário que apontava o início do MBA em 29 de março de 2003. “Não sei quando



Fac-símiles 3 e 4: modelos de certificado oferecidos pela Educon



Estima-se, com base no número de alunos que começaram o curso em 2003 (200 a 300), que o MBA da Educon tenha arrecadado, por turma oferecida, cerca de R\$ 1,1 milhão com as mensalidades

prendia dois certificados: um da Educon, registrando a conclusão do curso, e outro da USP (**fac-símiles 3 e 4**). A terceira opção era destinada àqueles alunos que cumprissem os mesmos requisitos da segunda, só que com a defesa da monografia.

Informado pela reportagem a respeito da existência inicial de várias opções de certificação, o então Pró-Reitor de Pesquisa garantiu que os alunos não receberiam “diplomas intermediários”. Porém, ele diz que não havia problema em a Educon prometer a emissão de certificado próprio, se

começou”, responde Guagliardi quando perguntado a respeito. Ele sugere que o início não ocorreu antes da assinatura do convênio, mas lembra que talvez já estivesse “em testes”.

“Em agosto [de 2003], acho que [o curso] já tinha sido aprovado”, disse o professor Nunes. “Então”, prosseguiu, a partir desse momento “o curso poderia ter início”, mesmo que o convênio ainda não tivesse sido assinado. “O convênio estabelece as condições que a empresa pode usar, financeiras, utilização de logo da universidade. Tudo isso estaria em suspenso até o convênio ser aprovado”, explicou. Assim, o curso poderia ser anunciado, mas sem o uso do nome da universidade.

Diante de informações tão confusas, a reportagem pediu para ler os documentos referentes ao caso. À solicitação, o professor Nunes respondeu que “o processo é só para pessoas da USP”. A *Revista Adusp* insistiu, argumentando que as informações sobre o curso deveriam ser públicas, já que dizem respeito a uma universidade pública. “Público não quer dizer que todo mundo tem acesso”, retrucou o Pró-Reitor.

Outra questão obscura relacionada ao oferecimento do MBA Naippe-USP em parceria com a Educon refere-se à participação da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento das

Artes e da Comunicação (Fundac). “Nesse contexto, nunca vi a palavra Fundac”, descartou o professor Nunes. No entanto, numa das páginas de seu antigo sítio a Educon relata que “está ofertando a seus centros associados um dos cursos mais procurados do país, o MBA Executivo Gestão Empresarial Fundac-USP, com diploma expedido pela própria instituição de ensino a um valor acessível”. O “centro associado” de Presidente Prudente chegou a divulgar o curso desta forma — portanto, antes da autorização da universidade.

A Revista Adusp pediu ao então pró-reitor Nunes acesso aos documentos do caso. Ele respondeu que “o processo é só para pessoas da USP” e que “público não quer dizer que todo mundo tem acesso”

O professor Guagliardi confirma as tentativas de oferecimento do curso por intermédio da fundação. O MBA, relata, começou a ser discutido em 2002. “A negociação começou com a Fundac. Depois, me parece que ficou inviabilizado o prosseguimento do programa com ela”. Diz não saber qual das partes abandonou o projeto. “O Naippe veio depois”, acrescenta.

Porém, o relatório de atividades 1998-2002 do Naippe aponta que o núcleo, “desde setembro de 2001, reorienta sua busca de parceria empresarial em EAD [Edu-

cação à Distância], buscando-se empresa de brasileiros (...). Esta empresa é a Educon. O Conselho Deliberativo do Naippe-USP aprovou a idéia de parceria Naippe-Educon (...). *As iniciativas recentes de convênios serão submetidas às instâncias competentes da USP*” (grifo no original).

É necessário lembrar que tal convênio só foi estabelecido em 28 de novembro de 2003, com a anuência da Reitoria. Portanto, considerando as regras da Resolução 5.072/03 do CoCex, qualquer iniciativa do Naippe anterior àquela data envolvendo a Educon ocorreu sem a autorização da universidade.

No mesmo relatório, entre as metas do Naippe explícitas em seu programa de atividades estava a implementação do “curso de Pós-Graduação (Especialização) à

Distância em Gestão Empresarial Estratégica em cooperação com instituições acadêmicas do Brasil, sistema das Associações Comerciais, Sebraes, ONGs, e com a iniciativa privada (Convênio USP/Naippe-Educon)”.

O atual coordenador do Naippe, professor Eduardo Massad, da Faculdade de Medicina, foi procurado pela reportagem, mas não respondeu aos contatos até o fechamento da edição. A Educon não respondeu aos contatos da *Revista Adusp* até o fechamento da edição.